

Op-ed: Corrupção e segurança

12 de maio de 2016

Nos últimos anos, em quase todos os cantos do mundo, da Primavera Árabe à América Latina, e em muitos outros lugares, as turbulências políticas deixaram claro que os governos são imprudentes ao menosprezar as crescentes preocupações de seus cidadãos com a corrupção.

Trata-se de um veneno que corrói a confiança, priva os cidadãos de seu dinheiro e seu futuro, além de sufocar o crescimento econômico nos lugares que mais precisam dele. E esta epidemia é generalizada e crescente: uma em cada três pessoas que vivem no Oriente Médio e Norte da África foi obrigada a pagar propina por serviços públicos essenciais. E a corrupção persiste em todas as regiões e países do mundo, inclusive o meu próprio país.

Já passou da hora de a comunidade internacional tratar a corrupção com a seriedade e atenção que ela merece. É por isso que, esta semana, irei me reunir com representantes de mais de cinquenta países, organizações multinacionais e da sociedade civil para a inédita Cúpula Global de Combate à Corrupção, a ser realizada em Londres. Lá, anunciaremos medidas concretas para intensificar a luta contra a corrupção, desde o lançamento de um Centro Internacional de Coordenação de Combate à Corrupção que irá melhorar o compartilhamento de dados entre os principais centros financeiros e a cooperação relativa às investigações, até a expansão do apoio aos jornalistas que lutam para descobrir a corrupção pelo mundo afora.

Ao paralisar funções básicas do estado, como segurança e justiça, a corrupção cria uma frustração e vazio que extremistas violentos avidamente preenchem com falsas promessas de um cenário melhor. Isso ajuda a explicar como a EI lançou raízes no Iraque e porque o Talibã resiste no Afeganistão. Enquanto não priorizarmos a luta contra a corrupção, esses grupos hediondos continuarão a se aproveitar de mágoas e a recrutar novos seguidores que se sentem impotentes, desrespeitados e convencidos de que o sistema tradicional é manipulado contra eles.

Traficantes e cartéis também se alimentam da corrupção, e os mais vulneráveis – mulheres, crianças e minorias – muitas vezes pagam o maior preço. A corrupção também permite que participantes mal-intencionados influenciem as decisões governamentais de uma forma que

quase sempre prejudica os cidadãos comuns. Basta abrir qualquer jornal que encontraremos notícias de ministros pegos por corrupção, guardas de fronteira subornados para fazer vista grossa ou criminosos que pagam um dinheirinho para ser libertados.

Igualmente perturbadora, a corrupção não só alimenta muitas das maiores ameaças atuais, mas também pode prejudicar a capacidade dos governos de resolvê-las. Por exemplo, quando o presidente Buhari da Nigéria assumiu o cargo no ano passado, deparou-se com um exército consumido pela corrupção e despreparado para enfrentar o grupo Boko Haram. Do mesmo modo, quando o Primeiro Ministro iraquiano al-Abadi assumiu o poder em 2014, expôs 50.000 soldados "fantasmas" nas folhas de pagamento, que custavam US\$ 380 milhões ao ano e deixavam o exército desfalcado para lutar contra o EI.

Essas realidades exigem que façamos do combate à corrupção uma prioridade máxima em nossa política externa. Para cumprir isso, precisamos de um enfoque amplo e ousado.

É importante intensificar as sanções e sua aplicação mas, na qualidade de ex-promotor, sei que o foco na punição por si só não resolverá o problema fundamental. Precisamos conciliar nossa ênfase na *punição* da corrupção com novos esforços para *prevenir* a corrupção de antemão. Para isso, podemos ajudar os governos a criar processos mais transparentes e enxutos para reduzir as oportunidades de corrupção. Podemos capacitar cidadãos e jornalistas para que sejam fiscalizadores e detenham as irregularidades. E podemos aderir a novas tecnologias de modo a ampliar o acesso à informação e capacitar a sociedade civil a colaborar com os agentes da lei.

A comunidade global também pode aproveitar melhor as estreitas janelas de oportunidade quando chegar o momento ideal para a reforma. Exemplo: a eleição de um novo líder que fez campanha para acabar com a corrupção. Ou pode ser o clamor público sobre a revelação de novas evidências de corrupção, como verificamos na Guatemala no ano passado, onde 19 semanas de protestos pacíficos levaram à renúncia e instauração de processos judiciais contra um presidente em exercício. Os esforços para extinguir a corrupção somente podem ter sucesso com vontade política na prática, de modo que devemos assegurar que reformadores compromissados recebam assistência a tempo para fazer uma diferença palpável.

Certamente, todos nós temos responsabilidade pelo combate à corrupção em nossas próprias nações, inclusive nos Estados Unidos. Esse é o objetivo da nova legislação proposta pelo Presidente Obama na semana passada, que visa coletar, pela primeira vez, informações sobre a estrutura societária de empresas de fachada de todos os estados e territórios dos EUA a fim de ajudar a os agentes da lei a prevenir e investigar crimes financeiros. O governo Obama também se comprometeu a esclarecer melhor transações imobiliárias obscuras em lugares como Nova York e Miami, que não raro são usadas para acobertar fundos ilícitos e eliminar uma lacuna que permita aos estrangeiros ocultar atividades financeiras possivelmente ilícitas ao abrigo de entidades norte-americanas anônimas. Com essas medidas, estamos intensificando a luta contra a corrupção, e instamos os governos de todo o mundo a se unir a nós.

Afinal, os governos dedicam muito tempo – e recursos – a ameaças como extremismo violento, crime transnacional e estados frágeis. Ainda assim, ao ignorar seus elos profundos com a corrupção, dificultamos excessivamente o nosso trabalho. Hoje, não podemos mais alegar ignorância. Se queremos adotar uma postura séria para enfrentar essas ameaças e construir um mundo mais seguro e protegido, precisamos levar a sério o combate à corrupção.